

O Amensalismo do Agronegócio, os Educadores Ambientais Críticos e a Preparação para o Novo (Guarnicê): Reflexões sobre Trabalho, Ambiente e Educação

The Amensalism of Agribusiness, Critical Environmental Educators and Preparation for the New (Guarnicê): Reflections on Labor, Environment and Education

Recebido: 31/03/2023 | Revisado:
06/05/2023 | Aceito: 08/05/2023 |
Publicado: 29/06/2023

Alexandre Maia do Bomfim
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5617-2229>
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio de Janeiro
E-mail: alexandre.bomfim@ifrj.edu.br

Como citar: BOMFIM, A. M.; O Amensalismo do Agronegócio, os Educadores Ambientais Críticos e a Preparação para o Novo (Guarnicê): Reflexões sobre Trabalho, Ambiente e Educação. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-17, e15255, Jun. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo surge a partir da pesquisa “O agronegócio e seu rastro de mentiras e destruição: um estudo sobre trabalho-educação e ambiente na perspectiva da luta de classes”. Trouxemos a parte da interlocução com educadores e pesquisadores ambientais que problematiza o agronegócio. Da localização desse setor no modo de produção capitalista brasileiro, pela sua relação com o ambiente, com o Estado, com o mundo do trabalho, até o escopo principal: as implicações educacionais. Inferimos que o ‘conflito socioambiental’ é onde se constitui a práxis da Educação Ambiental Crítica, onde a relação entre “Trabalho, Ambiente e Educação” se materializa à teorização. Fechamos que “a preparação para o novo” (*guarnicê*) perpassa por uma Educação Crítica não-conciliatória com o sistema do capital.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Trabalho, Ambiente e Educação; Agronegócio e Educação; Ambiente e Agronegócio; Conflito Socioambiental.

Abstract

This article arises from research “Agribusiness and its trail of lies and destruction: a study on work-education and the environment from the perspective of class struggle”. We brought the part of the dialogue with environmental researchers that problematizes agribusiness. From the location of this sector in capitalist mode of production, through its relationship with the environment to the main scope: the educational implications. We infer that the ‘socio-environmental conflict’ is where the practice of Critical Environmental Education is constituted, where the relationship between “Work, Environment and Education” materializes to theorization. We conclude that “preparation for the new” (*guarnicê*) permeates a Critical Education that is not near with the capital system.

Keywords: Critical Environmental Education; Labor, Environment and Education; Agribusiness and Education; Environment and Agribusiness; Socioenvironmental Conflict.

1 INTRODUÇÃO

Somos seres de carne e osso, seres vivos, engajados na aventura de viver. Existimos agindo, tomando decisões, fazendo escolhas, tomando iniciativas, trabalhando, utilizando na nossa atividade o imprescindível (embora precário) conhecimento disponível. É na prática, na realização dos nossos projetos, que checamos a justeza de nossos pensamentos e a verdade dos conhecimentos em que nos apoiamos (Leandro Konder).

Neste artigo dialogamos especialmente com educadores e pesquisadores (e militantes) ambientais, com o escopo de refletir como a questão ambiental se impõe ao Trabalho e Educação em nosso modo de produção. Tivemos dois momentos distintos para esse diálogo. O primeiro se deu por meio de um formulário eletrônico que foi respondido por 43 pesquisadores/educadores/militantes do “Observatório da Educação Ambiental¹” (o *Observare*). Este é um grupo constituído por educadores ambientais de todo o Brasil (e alguns da América Latina), sendo alguns da academia, outros da educação básica formal e mais alguns da educação não-formal, compartilha experiências, realiza denúncias, busca trocas para suas reflexões ligadas à formação e às ações políticas. O segundo momento foi a realização de duas rodas de conversa, em que tivemos a participação de nosso grupo de pesquisa, o Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), em que entrevistamos duas personagens ligadas à questão ambiental: Dercy Teles de Carvalho Cunha e Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Dercy, representante da luta dos trabalhadores rurais, antecessora de Chico Mendes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri do Acre. Frederico Loureiro, representante dos professores pesquisadores em Educação Ambiental, uma das principais referências do país nessa temática.

Uma característica comum aos entrevistados é estar como “intelectuais orgânicos”, sujeitos ativos à reflexão, à ação e com pertinência. Quer dizer, não estávamos indo até eles para coletar opiniões ou mesmo para apreender suas representações sobre algum tema, fomos tanto para fazer interlocução, compartilhar, confrontar e reconstituir teoria, como para enxergar caminhos.

Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a busca da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais ‘avançado’ aquele que adota o ponto de vista [sobre] uma exigência que deve ser incorporada, ainda que como um momento subordinado, à sua própria construção (apud KONDER, 1992, p. 140).

¹ Cf. <https://observatorioea.blogspot.com/>

Conforme esse Gramsci acima (trazido para nós por Konder), vamos ao diálogo com esses intelectuais orgânicos, certamente próximos a nós, mas não deixamos de pressupor os que não são tão próximos, assim prosseguimos considerando também nossos desafios e adversários.

2 O QUE TÊM A NOS DIZER OS EDUCADORES AMBIENTAIS?

Certamente tivemos muitas respostas as quais vieram do formulário que trabalhamos com eles, mas aqui nos contentaremos em trazer a *pergunta* e apenas *duas respostas*² (e algumas passagens curtas no decorrer do texto).

1. “Sobre o agronegócio, exclusivamente, tente resumir em poucas linhas o que pensa e sente”

a) Um dos principais entes econômicos do país, muito rico, desenvolvido por meio de alta tecnologia, participante direto do controle do Estado brasileiro, financiador de bancadas políticas ruralistas com visões estreitas, depredador do meio ambiente, estruturado em latifúndio, segregador, com grande dificuldade de rever seus caminhos e de fazer autocrítica [sic].³

b) Modelo socioambientalmente insustentável, que promove a concentração de renda, e portanto acirra desigualdades. Expulsa os sujeitos do campo em detrimento de um progresso que beneficia poucos e exporta matéria prima nos mantendo na periferia do sistema mundo. Além disso reduz nossa biodiversidade, nossa maior riqueza.

A primeira observação é a mais óbvia, porém necessária: os educadores ambientais são amplamente e fortemente críticos ao agronegócio. Óbvio, era o esperado para um grupo que observa a educação ambiental, mas foi importante para reiterar que ambientalistas há tempos encontram aqui seus principais adversários: os defensores do agronegócio. Noutras épocas poderíamos encontrar seus principais adversários entre os defensores de combustíveis fósseis e/ou da energia nuclear, defensores da caça e pesca marinhas, do extrativismo, da mineração etc. Os apologetas do agronegócio ganharam destaque ao considerarmos as características atuais do Brasil (e por conta dos malefícios que concretamente vamos enxergando). Além do mais, a pergunta foi direcionada ao agronegócio. De qualquer modo, a quase unanimidade dessa crítica foi encontrada entre os respondentes.

² No relatório de pesquisa que contribuiu para construir este artigo, apresentamos todas as respostas dos entrevistados. Aqui só estamos compartilhando o suficiente para o leitor nos acompanhar até as nossas inferências.

³ A revisão linguística dos respondentes foi mínima, mantivemos praticamente o texto que veio do formulário. Preferimos assim para manter a originalidade e a espontaneidade da comunicação feita. Os respondentes não serão identificados, pois trouxemos passagens curtas e que julgamos suficientes para a argumentação deste artigo.

Assim sendo, destaquemos outros itens que os respondentes trouxeram: (1) a insustentabilidade do agronegócio como caminho para o Brasil; (2) o atrelamento do agronegócio a atividades nocivas, como o uso de agrotóxicos, a exploração do trabalho (inclusive com trabalho análogos à escravidão), a manutenção da estrutura de latifúndios, a busca por lucro através das commodities em desprezo à vida humana e descuido com a natureza; e (3) as alternativas que poderiam ser impulsionadas para substituir o agronegócio (como a agroecologia, a agrofloresta, agricultura familiar etc.).

2. “Sobre a relação entre o agronegócio e a questão ambiental, tente resumir em até três linhas o que pensa e sente”

c) Que o agronegócio é antagônico à questão ambiental não respeitando muitas vezes APPs e áreas de interesse ambiental, rios e outros componentes dos ecossistemas que conformam o território.

d) O agronegócio produtor de commodities está na raiz do antiecológico brasileiro, é responsável pelo processo de desregulação ambiental pública, para 'a boiada passar'. É responsável pela redução das florestas nativas e pela erosão da biodiversidade.

O fato é que o agronegócio tem muito a esconder, precisa esconder como a metade dos alimentos que chega às mesas dos brasileiros não vem dele, precisa esconder de que maneira são cultivados, de como são processados, de como tratam os animais. Da mesma forma, o agronegócio precisa dizer que a agricultura familiar, a agricultura orgânica, não estão noutro lugar, que não estão apartadas dele. Ou seja, há uma batalha no campo da hegemonia, que vai da mídia à educação para lidar com a realidade concreta. Posto dessa maneira, entendemos por que os educadores são pessoas perigosas aos interesses dos poderosos do agro, assim como entendemos por que querem tanto influenciar na formação dos trabalhadores e trabalhadoras.

As respostas mostram que não pode haver complacência ou que não há acordos para serem realizados com o agronegócio, definitivamente: o agronegócio é antiecológico! A síntese está neste trecho da resposta vista acima: “(...) o agronegócio é antagônico à questão ambiental”.

3. “Considerando que o agronegócio é um ente econômico muito poderoso no Brasil, quais expectativas e desafios esperados em relação à questão ambiental?”

e) Minhas expectativas são baixas! O Agronegócio em suas fronteiras é desmatador, alicia pobres e as próprias vítimas de sua expansão, expulsa o pequeno agricultor do campo, trabalha geralmente com monoculturas e pecuária extensiva, seus investimentos geralmente estão ligados à "domesticação" do solo e ao controle do Estado brasileiro.

f) Acredito que o momento que o ambiente começar a mostrar os limites na manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais para a produção, talvez haja alguma mudança de paradigma. Mas, mais do que nunca é necessário iniciar a

transição agroecológica, é preciso mudar os perfis de formação dos profissionais que atuam no agronegócio. É necessário que se faça a reforma agrária, que as reservas legais sejam vistas como produtivas e haja incentivo efetivo para novas cadeias de produtos agro-florestais que possam ser explorados nas RL. É necessário um plano sério de recuperação de áreas degradadas, inclusive em seus aspectos funcionais e biodiversos.

A visão proeminente dos educadores para o futuro, de maneira geral, foi bem pessimista. A própria questão pode ter induzido a isso (considerando que constata primeiro a força econômica do setor para depois perguntar sobre a expectativa). De qualquer forma, os educadores disseram que as expectativas “são baixas” ou eram “as piores possíveis”. Ainda assim, a maior parte propôs saídas políticas, de militância e participação, como também caminhos que passariam pela educação que pudessem conscientizar e desvelar como vão se dando muitos itens desse caminho econômico. Vale dizer que praticamente todos preferiram mostrar os desafios e os embates pela frente que exclusivamente apostar na positividade das atividades alternativas ao agronegócio.

4. “Quanto a alternativas ou a resistências ao agronegócio, como enxerga a possibilidade de se desenvolverem?”

g) Por enquanto, tenho pouquíssima esperança de que se desenvolvam... Acho que a estrutura de poder atual não favorece, por outro lado não perdi a esperança, acho que o caminho e ter como horizonte tomar e reverter essa estrutura de poder.

h) A grande alternativa é a agroecologia, que não significa somente uma forma alternativa de produção e sim uma compreensão de mundo e de sociedade voltada para a partilha, para o desenvolvimento socioambiental, para o cuidado!

A questão posta orienta a pensar em alternativas ou resistências, mas vale registrar que as respostas associaram as alternativas ao combate indispensável ao setor do agronegócio. Ou seja, a experimentação de alternativas, como organizações coletivas de base comunitária, entre elas a agroecologia, entram para alimentar o conflito e não para apaziguá-lo. Elemento crítico importante, inclusive poderá ajudar na constituição de uma outra educação (“guarnicê”⁴).

Há respondentes com propostas mais conciliatórias, como essa: “(...) continuar em guerra não adianta. Precisamos, educar a todos na perspectiva de uma visão integrada a curto prazo” (advinda de um terceiro respondente). Apesar dessas exceções, vimos que maior parte dos respondentes tendeu a ver

⁴ “Guarnicê” é uma expressão de origem indígena, que remete à preparação para o novo, aquilo que vem (...). Essa definição pode ser encontrada na própria “Revista de Educação Profissional e Tecnológica” nesse endereço: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/announcement/view/13>

o conflito e não a conciliação pacificada como o caminho principal. E os respondentes veem que as mudanças passam pela educação, não a desprestigiaram, como vimos em várias das respostas temerem a violência porque também a enxergam sempre.

5. “Como o educador ambiental, especialmente o que está na escola, deve tratar este assunto “O agronegócio e a questão ambiental”?”

i) Na perspectiva do conflito e crítica implacável ao agronegócio!

j) A educadora ambiental pode abordar a relação entre o agronegócio e a questão ambiental por diversas perspectivas. É possível partir da nossa relação imediata com a alimentação, segurança alimentar e fome; numa postura mais filosófica é possível tratar a partir do imediato e não-eliminável elo entre ser humano e natureza; de uma vertente mais politizada é possível observar historicamente o desenvolvimento desse setor do capitalismo, talvez a partir da luta pelos comuns e contra os cercamentos, já na Idade Média. Invariavelmente é necessário provocar os estudantes a pensarem sobre sua atuação sobre o mundo e questionarem os modelos sóciometabólicos estabelecidos pelo Capital - e porque estabelecidos em algum momento da história, são passíveis de transformação [sic].

“O que é possível enxergar nas campanhas publicitárias da grande mídia ("Somos Agro" do grupo Band, "Agro é Pop/Agro é Tech" do grupo Globo, como exemplos)?”

k) Que é uma adesão cega e acrítica do agronegócio. Diria mais ainda, que é uma cumplicidade entre grupos econômicos, não exatamente iguais, mas que se unem, quanto frações da burguesia, em prol de seus interesses e, no fim das contas, contra a sociedade brasileira.

l) Simplificação, redução das questões ambientais em busca de lucratividade que silencia muitos problemas que o agronegócio causa ao meio ambiente. Com isso, esses meios de comunicação relatam a falsa ideia da consciência verde massivamente, atendendo a seus patrocinadores e visando aceitação popular.

“De que forma, considerando continuidades e rupturas, o atual agronegócio se associa à História Agrária do Brasil, especialmente à temática ambiental?”

m) Associa-se totalmente a essa história de exploração do trabalho e depredação da natureza, que o Brasil experimenta desde as Capitâneas Hereditárias...

n) Não há rupturas do agronegócio com a história agrária do Brasil. O modelo atual é fruto de nossa história moderna que se

inicia com as Capitâneas hereditárias e a distribuição das sesmarias por parte da Coroa Portuguesa. Em 1850, cria-se a Lei de Terras que torna a propriedade rural uma mercadoria a ser comprada e vendida por quem tem capital para tanto, excluindo a imensa maioria do povo brasileiro do acesso à terra. Ou seja, pouco mudou de lá pra cá.

“Por qual(is) caminho(s) passa(m) a esperança de resolvermos a Questão Ambiental, considerando especialmente o contexto brasileiro?”

o) Passa pela experimentação de outras atividades da relação do homem com a ambiente, em que o ponto de partida já deseje ser menos impactante e destruidor da natureza, porém para atingir o mais importante: a estrutura do Estado. O que significará conflito de interesses, ou seja, vale desconfiar de caminhos conciliatórios. Vamos à frase desse lugar: "ecologia sem luta de classes é jardinagem".

p) Plantationcene - mais cuidado na alimentação que não se limita ao alimento, mas ao estilo de vida - à mudança de desenvolvimento, a noção de "qualidade de vida: "mude o sistema, não o clima".

Por fim, com as repostas que seguiram pudemos acrescentar um posicionamento à Educação Ambiental Crítica (EA-crítica), seja para o espaço formal da educação, a escola, seja para o espaço não-formal... Essa EA-crítica precisa considerar “a perspectiva do conflito e crítica implacável ao agronegócio”. Precisamos de uma EA-crítica que resgate a história para ligar os pontos: entre o passado de colônia com a persistente submissão das minorias com a exploração do trabalho, genocídio do povo indígena e da escravidão. Uma EA-crítica que analise sociologicamente a estrutura atual do modo de produção capitalista sua relação com esse setor nocivo do agronegócio. Para isso, essa mesma EA-crítica terá que se debruçar mais sobre a realidade concreta, porque seu conteúdo precisa ser político e amplo, não pode se limitar a abordar somente itens técnicos ou de comportamentos e condutas.

3 A MILITANTE HISTÓRICA DA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS E O MILITANTE PESQUISADOR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Depois das respostas que conseguimos com o formulário dos educadores do grupo *Observare*, iniciamos as entrevistas mais alongadas com militantes que atuam na fronteira da problemática ambiental, seja na educação, na gestão ou na luta política. Para este relatório, estamos trazendo apenas uns trechos de dois desses entrevistados e especificamente quando lhes perguntamos sobre os desafios ambientais frente às questões agrárias, frente ao setor do agronegócio.

Dercy Teles de Carvalho Cunha, nossa primeira entrevistada. Com ela, fizemos uma roda de conversa, através do *meet*, que durou mais de duas horas. Não foi fácil obter essa entrevista, porque estávamos em tempos pandêmicos e marcados pela distância (Dercy no Acre e nós no Rio de Janeiro), tínhamos também dificuldades com a estrutura técnica. Dercy mora no interior do interior do Acre, porque hoje nem em Xapuri está morando, mas numa área rural mais afastada. Remarcamos a entrevista três vezes, até que ela conseguiu usar a estrutura de um Diretório de Partido na cidade de Xapuri no dia 3 de fevereiro de 2022. Posto isso, deixemos que ela mesmo se apresente:

A minha história é como a maioria dos acreanos, sou filha de nordestino que migrou para o Acre na época da guerra, nasci no seringal há 18 horas da sede do município, aos 4 anos de idade meus pais se mudaram para esse lugar que moro atualmente (...) Eu me criei no Seringal Boa Vista, na Colocação chamada Pimenteira (...) me criei lá trabalhando na roça, fiz um pouco de tudo que é de trabalho honesto na roça, roçando as estradas de seringa, preparando as seringueiras pro corte, ajudando meus irmãos (...). Em 78 eu ingresso nas comunidades eclesiais de base, começo a participar nessas formações dadas pela igreja (...). Fui delegada sindical de minha comunidade. Eu me sindicalizei quando não era comum às mulheres serem sindicalizadas. (...) Em 81 eu fui a primeira mulher a presidir um sindicato na Amazônia, sindicato de trabalhadores rurais da Amazônia.

Dercy presidiu, antes, o mesmo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri que depois seria liderado por Chico Mendes. E junto com ele e Wilson Pinheiro (outra liderança acreana à frente dos trabalhadores) fizeram vários “empates” contra os desmatadores da região. “Empates” eram ações de trabalhadores que procuravam salvar a floresta com seus próprios corpos diante das máquinas e dos capangas das empresas madeireiras. Na entrevista que nos concedeu, Dercy pôde falar como foi liderar um sindicato em plena ditadura, ao lado desses líderes que seriam martirizados, como foi ser uma líder mulher diante também de tanto machismo, diante de tantas ameaças. Dercy deu uma avaliação de como foi sua participação no sindicato durante décadas, de como foi ver governos de esquerda assumindo postos de poder no Acre ao mesmo tempo que foram incapazes de implementar políticas de fato favoráveis aos trabalhadores. Sobre a questão do agronegócio, ambiental e agrária, vamos trazer somente o trecho a seguir da entrevista, quando a Dercy foi perguntada sobre como a Reserva Extrativista Chico Mendes estaria hoje:

Com a desvalorização do extrativismo, essa extensão de área deixou de ter importância para quem mora naquele local, aí eles começaram a lotear, eu chamo de favela rural (...), aí depois vai se resumindo aquela história que falei do assentamento... Os bem-sucedidos vão comprando dos menos sucedidos [sic], aí acaba ficando um ou dois donos daquela área enorme que era

a Colocação de Seringas, né? Aí pessoas ficam sem onde morar e migram para a periferia da cidade (...). Aí as propriedades se tornam propriedades de pessoas da zona urbana que fazem investimento no setor rural para criar boi, mas aí não mora ninguém. Por exemplo, em 10 km [só] há três lugares que mora pessoas. (...) Os donos vão passar o fim de semana, olhar o gado. Nesses 10 km é uma pastagem só... Floresta? Só lá onde eu moro. E na Reserva não é diferente, porque não tem como sobreviver, garantir esse consumismo que o governo demandou para dentro da floresta [sic] sem pensar na geração de renda.

Ouvir a Dercy, que não somente narra, mas, por ter sido líder sindical, reflete a sua própria história e a de seu povo e lugar. Vemos como há detalhes importantíssimos para pensar e propor políticas diferentes das que ocorrem agora e das que ocorreram nos últimos anos para a questão agrária e ambiental no Brasil. O depoimento dela é forte, porque viu que mesmo em governos de esquerda (o Acre foi governado por governos petistas por 10 anos, entre 1999 e 2019) também não foram construídas políticas que protegessem os trabalhadores, consolidassem as reservas e os pequenos produtores rurais. E mais ainda, Dercy denuncia que houve um grande esvaziamento da luta das trabalhadoras e trabalhadores do campo e da floresta.

O que podemos dizer agora, ao lado da Dercy, é que a tomada de poder não parece ser suficiente, que o processo de revolucionamento permanente terá que continuar, pois a estrutura de concentração do estado capitalista não se rompe facilmente. Reforma Agrária, assentamentos, ampliação de unidades de conservação que favoreça os trabalhadores precisam continuar no horizonte principal dos governos populares, mas também é importante que se garantam o processo de proteção, manutenção e desenvolvimento dessas novas experiências.

A outra entrevista foi realizada com Carlos Frederico Bernardo Loureiro uma semana depois de Dercy, no dia 10 de fevereiro de 2020, também com os participantes do GPTEEA no formato de uma roda de conversa. Com ele, também levamos por volta de duas horas de conversa (remotamente por *meet*), abordando vários assuntos ligados à Educação Ambiental. Assim como Dercy⁵, qualquer pesquisa em plataforma de busca da internet traz informações⁶ sobre Carlos Frederico Bernardo Loureiro. De qualquer forma, também começemos por sua própria apresentação:

Na verdade, minha trajetória pessoal, toda ela é vinculada às minhas discussões, à minha escolha pela educação ambiental (...) porque minhas escolhas todas foram feitas em cima de uma

5

<https://www.google.com/search?q=dercy+teles&oq=dercy+tel&aqs=chrome.0.0i512j69i57j0i22i30j69i59j69i61.3503j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

6

<https://www.google.com/search?q=Carlos+Frederico+Bernardo+Loureiro&oq=Carlos+Frederico+Bernardo+Loureiro&aqs=chrome..69i57j46i512j69i64i2.801j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

inquietação que tinha desde pequeno (...) que era olhar para o mundo e ver, ter um incomodo profundo, com a barbárie que a gente vive, as formas de destruição, com o desprezo pelo outro... Sempre tive uma ligação muito estreita com a Baía da Guanabara, fui criado em Paquetá (...) Ver a baía se destruindo, se acabando... Pois sou do tempo que via cavalo marinho, tinha que tomar cuidado nadando porque poderia esbarrar numa arraia. [A baía] virou um grande quintal do parque industrial, dos navios... Essa inquietação (...) foi se vinculando às minhas escolhas profissionais, então fui fazer biologia motivado por isso, achei inicialmente que a biologia iria dar conta dessa discussão, mas aí fui vendo que não... Vendo que a biologia iria dar uma contribuição (...), mas nessa relação sociedade e natureza, onde se encerra a questão ambiental, ela demanda esse lado social, porque as questões são sociais em última instância.

Em linhas gerais, a entrevista de Loureiro, até por ser um pesquisador da educação ambiental, é própria do intelectual orgânico que entra com conteúdo, autorreflexão, sentimentos e sobre a militância dentro do tema. Tentamos, não somente apreender os elementos que estariam em Loureiro os quais se associariam à nossa reflexão, mas também obter sua própria reflexão para os itens que também nos colocamos para teorizar. Dessa forma, a pesquisa passou por itens os quais preferimos compartilhar com ele previamente. De alguma forma, nossa intenção era prepará-lo para a entrevista, induzindo-o a teorizar conosco. Sendo assim, colocamos para ele os seguintes itens (apenas como roteiro de uma entrevista semiestruturada): <Como sua trajetória pessoal se liga às reflexões que foi fazendo nos últimos anos na academia?>; <Que “lugares”, sejam teóricos ou empíricos, não percorreu que desejou ou ainda deseja percorrer?>; <Que autores marcaram/marcam sua formação e militância?>; <Como enxerga o materialismo histórico para a questão do ambiente e como vê em seus trabalhos?>; <Que tipo de Educação Ambiental atrapalha mais do que ajuda/Que tipo de Educação Ambiental devemos fazer?>; <Como vê as questões políticas que envolvem o meio ambiente atualmente?>; <Governos anteriores foram diferentes quanto as questões políticas para o meio ambiente?>; <Que fazer?> Tanto para o relacionado ao ambiente, ao trabalho e à educação; quanto para a educação de maneira geral; quanto para o Brasil de maneira geral; <Agronegócio>; <Agroecologia >; <Alternativas>; <Futuro imediato e a médio prazo>; <Que pergunta faria a si mesmo?>. A ideia de apresentar o roteiro antes da entrevista é para que as questões pudessem reverberar por um tempo maior no entrevistado⁷.

Loureiro reforçou que o materialismo histórico, o marxismo, é quem pode muito ajudar a ler a questão ambiental hoje, muito por talvez ser o referencial teórico que melhor faz a crítica ao capitalismo. E fazer a crítica ao capitalismo é recuperar o conceito de luta de classes, o qual pode ser visto como a base para todas as outras lutas. Inclusive, em nosso diálogo, fomos amarrando a compreensão de que muitas vezes pensadores e militantes que insistem em desqualificar a centralidade da luta de classes ou mesmo tenta hierarquizar essa

⁷ No relatório é possível ver uma apreensão mas ampla das entrevistas.

luta diante de outras, certamente não entendeu como ela estrutura as questões da sociedade. À esquerda, há lutas urgentes e imprescindíveis, como a luta contra a LGBTQIA+fobia, contra o racismo, contra a misoginia, mas que não devem ser descontextualizadas da luta de classes dentro da sociedade. Muitas vezes a luta de classes é reduzida à questão econômica, entretanto, é na luta de classes que encontramos a unidade na diversidade de todas as lutas específicas (racial, das mulheres etc). Por fim, a luta de classes complementaria a reflexão, não disputa a centralidade. Assim, não há como deixar de tentar entender a materialidade das mazelas, da desigualdade, da injustiça, abrindo mão de entender a relação entre poderosos e oprimidos, entre classe dominante e classe dominada.

A entrevista também enveredou por avaliação do contexto político, da crítica que a Dercy nos deu antes sobre nem sempre os governos à esquerda conseguirem corresponder à própria expectativa do povo e dos setores progressistas. Nesse diálogo foi possível levantar que mesmo políticos progressistas estão dentro da estrutura de estado do sistema do capital e que, assim sendo, por dentro, o processo de revolucionamento precisa ter continuidade, e certamente precisará de acertos, revisões, reveses.

Por fim, vamos a mais um trecho do Loureiro para fechar a reflexão que viemos fazendo neste capítulo:

Bom, em relação ao agronegócio... É o que está posto, uma força econômica enorme em nosso país, no interior é uma força política total, definem governadores no Centro-oeste, definem prefeitos em grande parte das regiões do Brasil... Então, e agora liberando agrotóxicos, flexibilizando acesso às terras, as mais variadas, por área de proteção, por território indígena, acho que a tendência é o agronegócio se expandir cada vez mais... Sei que há um conflito interno dentro do agronegócio, sei que há uma galera hard que quer tudo abaixo e vamos em frente, mas há uns (...) que são vistos até como “ambientalistas”... Curioso isso! [Esse grupo] acha que precisa pensar o que é “sustentável” dentro do ponto de vista do próprio capital, que precisa garantir um mínimo de razoabilidade do processo para reprodução do próprio agronegócio. É uma tensão que pode explodir dentro do agronegócio e forçar um agronegócio mais “ecológico”... Mas, acho que o agronegócio será dominante por muito tempo... E a agroecologia pode avançar se entrar um governo de esquerda (...), mas no limite de que não atrapalhe o agronegócio.

A leitura de Loureiro é, antes de tudo, a de contexto, sua avaliação é sobre a força do agronegócio e de como essa força permanecerá por um tempo. Um item ganha destaque no diálogo com Loureiro: seria a possibilidade de enxergarmos uma divisão entre os poderosos do agronegócio. As frações das classes dominantes não são homogêneas, até mesmo no interior dos setores econômicos abastados é possível haver divisões, situação que pode ser oportuna para as partes mais progressistas da sociedade influenciar politicamente. Esse sempre será um limiar difícil, mas nunca deve ser confundido

como caminho de conciliação entre capital e trabalho, pois isso não ocorrerá. Obter um agronegócio menos nocivo pode ser estratégico, no entanto não pode haver a ingenuidade de que esse setor dentro do sistema do capital será diferente e acolherá, por exemplo, de fato a agroecologia. O agronegócio só é capaz de aceitar uma agroecologia subordinada. Ou seja, defender uma sociedade que tenha a agroecologia em última instância é lutar por outro sistema social que não é o capitalismo. De qualquer forma, até lá é realmente importante considerar estratégias por conta do contexto.

4 DA PERSPECTIVA DO CONFLITO, AO CONFLITO DE FATO, À CONSTRUÇÃO DO NOVO

Com todos os elementos que temos até aqui, podemos concluir a urgência de obtermos um Estado que implemente políticas públicas noutra direção. Dessa forma, não podemos continuar a ter esse Estado absurdamente neoliberal como o que estamos vendo agora, esse Estado de “Terra Arrasada” que foi estabelecido no Brasil desde o golpe de 2016. Curiosamente um Estado nocivo ao próprio capitalismo, porque flerta com a barbárie⁸. O que estabelecemos no Brasil nos últimos anos rompe até com o que propunham os contratualistas (Hobbes, Locke e Rousseau), que para Ciência Política seria uma concepção básica de Estado⁹. O próprio Sistema do Capital (cf. MÉSZÁROS, 2002) vem necessitando cada vez mais de um tipo de Estado que o salve de suas próprias contradições e de seu caminho para o colapso. O Estado brasileiro se tornou protecionista do agronegócio, quer dizer, rompe com a própria concepção de liberalismo. Por mais polissêmico que seja (ou tenha se tornado) a ideia de liberalismo¹⁰, certamente não é essa relação que hoje se estabelece entre o Estado e o agronegócio. O agronegócio estabelece no Brasil uma relação por amensalismo¹¹ com o Estado, ou seja, submete-o totalmente sem oferecer contrapartida e ainda impede que outras relações com o agro e o ambiente sejam experimentadas.

Precisamos de um Estado Anticapitalista. Isso, podemos dizer, sem romantismo e sem ver ou mesmo reivindicar um caminho para um Estado Socialista, porque, na verdade, quem mais precisa desse “Estado Anticapitalista” é o próprio capitalismo. Precisamos restabelecer um Estado que: a) estabeleça e desenvolva de fato a reforma agrária; b) freie de forma absoluta todo movimento de avanço da área agrícola brasileira; c) cumpra toda força da lei contra quem comete crimes ambientais; d) apoie significativamente a

⁸ A tensão no interior do Brasil vem se acentuando muito nos últimos anos, vale ver esse texto: <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Vai-ter-guerra-na-Amazonia#:~:text=E%20%C3%A9%20por%20isso%20que,muito%20dif%C3%ADcil%20sobre%20a%20Amaz%C3%B4nia>.

⁹ Vale conferir o verbete “Contratualismo” em BOBBIO, 1998.

¹⁰ Vale conferir o verbete “Liberalismo” em BOBBIO, 1998.

¹¹ Substantivo masculino, tipo de relação ecológica entre duas espécies em que uma é prejudicada e a outra não é afetada; antibiose [Um exemplo comum é a liberação de toxinas por uma espécie de planta que impede ou inibe o crescimento de outra espécie.] (cf. Dicionário Houaiss)

agroecologia e a agricultura familiar não predatória (apoie em todas as frentes, como: crédito, obtenção de terras, estabelecimento de redes e escoamento de produtos etc); e) considere todas as experiências e possibilidades técnicas para um modo de produção que degrade menos a natureza (tendo em vista: as agroflorestas, recuperação de áreas degradadas, permacultura, reflorestamentos, cultivo orgânico, bem-estar animal, processos de reutilização de materiais, redução de supérfluos, busca incessante por diminuição de agentes poluidores, estímulo às cidades sustentáveis, incremento de tecnologias verdes, estímulo ao uso de produtos biodegradáveis, maior responsabilização das empresas, logística reversa, etc.); f) amplie exponencialmente as Unidades de Conservação (talvez seja um paliativo, mas importante na própria lógica territorialista do capitalismo); g) invista numa ciência e numa educação que convirjam com esses itens anteriores.

Os itens acima, levantados nesse diálogo com os educadores críticos do grupo *Observare* (considerando o que vimos em alguns depoimentos) e com Dercy e Loureiro (pelas entrevistas), são os que devemos levar para a pauta política, especialmente para os espaços formativos, especialmente para a educação, porque são essas “inspirações emancipadoras”, conforme Mészáros (2005), que podem nos guiar para uma práxis revolucionária.

Há um elemento ou outro que certamente não convergimos, considerando todos nossos interlocutores, contudo, de maneira geral, há uma pauta que é possível construir para os próximos anos, até mesmo porque os adversários são os mesmos: os que estão alocados na classe dominante (ainda que em suas frações¹²). Há um inimigo político que identificamos hoje o qual, mesmo fora do poder, é tão expressivo (inclusive cínico), que consubstancia os elementos os quais estamos apresentando para enxergar um agronegócio nocivo; que itens de pauta para unir os educadores críticos tendem a ser em maior número do que os itens divergentes. Quer dizer, pesquisadores e educadores em EA-Crítica, temos o que fazer, apesar de nossos limites, desafios e contradições. E o entendimento é semelhante a outras passagens de um de nossos respondentes:

Como atuo na educação, vejo-a como uma das possibilidades. Mas, entendo que precisamos lutar por políticas públicas que favoreçam outros modelos de desenvolvimento, que favoreçam o fortalecimento da agricultura familiar, práticas agroecológicas, reforma agrária, demarcação de áreas indígenas, quilombolas, entre outras.

Nossas pesquisas, reflexões e atuação devem se conectar especialmente às minorias, a todos os da classe dominada que mais sofrem com a degradação do ambiente e com a histórica alienação de seu trabalho. E podemos fazer isso a partir da Educação.

¹² Cf. FARIAS, 2009.

5 CONSIDERANDO A TRÍADE TRABALHO-EDUCAÇÃO-AMBIENTE, ONDE NOS ENCONTRAMOS?

5.1 CONTRA O AGRONEGÓCIO (E ALIADOS) E SUAS TENTATIVAS DE PACIFICAÇÃO

Tanto a nossa pesquisa, quanto os elementos que trouxeram os educadores indicam a urgência de realidade concreta. A educação que construímos está em disputa com outras “educações”, a pedagogia crítica que queremos construir está, especialmente expressa aqui, em disputa com essa “pedagogia do agronegócio” que busca adesão, que busca um conhecimento até certo ponto, que busca pacificação. Cada vez que um educador mostra as contradições dessa “pedagogia pacificadora” do agronegócio, seja em sua sala de aula da educação formal, seja nas atividades de formação num sindicato ou num movimento social, está se posicionando de forma antagônica. E isso pode ser feito de várias maneiras: com a fragmentação do conteúdo e da forma das peças da campanha publicitária; com pesquisas que podem contradizer discursos; e no diálogo horizontal com educadores, pesquisadores e líderes de movimento social que, por seus próprios enfrentamentos ordinários, já revelam resistência e reconstrução do conhecimento. O que levamos (ou podemos levar) para os espaços de formação tem que possuir lastro com a realidade e com a atividade crítica. Para nós essas são possibilidades para uma Educação Crítica que envolve Trabalho-Educação e Ambiente.

A Educação Crítica exercita enxergar a pedagogia (a educação que possui intencionalidade) também nos demais espaços formativos (explícitos ou não) da sociedade, para dialeticamente confrontar e propor uma pedagogia revolucionária. Essa reflexão crítica para Trabalho-Educação e Ambiente que estamos fazendo aqui deve considerar-se numa via de mão-dupla, que num sentido (i) busca constituir-se com lastro na realidade, desvelando, desmitificando, imprimindo uma perspectiva de classe ao estabelecido hegemonicamente pelo capital em seus espaços formativos; como também, no sentido inverso, (ii) busca ver como esse mesmo sistema do capital se impõe aos espaços de interesse da classe trabalhadora na sociedade, especialmente para nós, o espaço da educação formal. Sobre esse sentido vale o alerta de Lamosa e Loureiro (2014) sobre como o agronegócio quer se estabelecer na escola, quando estabelecem o “Agronegócio na Escola” programa proposto e implementado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), vale uma passagem:

O programa objetiva educar jovens, filhos de trabalhadores, apresentando o ideário da responsabilidade social e ambiental do agronegócio, enquanto caminho moderno e viável para a sustentabilidade, em uma região marcada pelo conflito social e ambiental. Em seu site oficial, a ABAG justifica o investimento no programa Agronegócio na escola, pois entende que “um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação.” A valorização da imagem do Agronegócio deve ser feita pelo programa, através da ampliação da

“consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região” (LAMOSA, LOUREIRO, 2014, p. 545).

É imprescindível atenção também quando esse setor se volta para os demais espaços de interesse da classe trabalhadora, como é a escola. O agronegócio não está produzindo material ideológico apenas para a TV, para a mídia de maneira geral ou para suas próprias organizações, querem influenciar/controlar aparelhos do Estado.

Não há mais tempo para os educadores ficarem inertes ou entrarem de forma ingênua em relação à luta que está sendo travada no interior da escola sobre as questões agrárias e ambientais. Layrargues tem uma passagem importante sobre como o agronegócio entra forte nessa questão nos últimos tempos:

A ofensiva da propaganda ideológica do campo do agronegócio não dá trégua. Chama a atenção quando, em outubro de 2020 em uma entrevista concedida a uma rádio na cidade de Cuiabá, a ministra da agricultura do governo Bolsonaro – agraciada em 2021 com o prêmio Ney Bittencourt de Araújo de Personalidade do Agronegócio, em reconhecimento como maior defensora do setor no ano –; [sic] afirmou que as crianças estão sendo mal ensinadas sobre a realidade do agronegócio, presumindo que há uma vontade maldosa do ecologismo influenciando o professor a expor o setor primário da economia como ‘atrasado’, e que há muita desinformação ardilosa circulando nas escolas, interessada em atacar a indústria-riqueza do agronegócio (...) (LAYRARGUES, 2021, p. 26).

A educação crítica para Trabalho-Educação e Ambiente é a que pressupõe o conflito, aqui para nós sob a perspectiva da luta de classes. E o que seria na prática isso? Mostrar que há projetos de sociedade em disputa, não conciliáveis, completamente antagônicos:

Enquanto cá temos agricultores familiares, lá temos o empresariado ruralista. Enquanto cá temos a lavoura, lá temos o latifúndio rural. Enquanto cá temos trabalho, lá temos o capital. Enquanto cá temos famílias e comunidades integradas, lá temos tratores e satélites. Enquanto aqui se luta pela Reforma Agrária, lá se combate a Reforma Agrária. Enquanto cá temos esterco animal, lá temos fertilizantes químicos e agrotóxicos. Enquanto cá temos quintais e diversidade de plantas e bichos, lá temos uniformização monocultural e padronização genética. Enquanto cá temos as águas protegidas, lá temos a exaustão dos recursos hídricos. Enquanto cá temos uma agricultura mão-de-obra intensiva, lá temos uma agricultura maquina-intensiva. Enquanto cá temos as feiras locais orgânicas e agroecológicas, lá temos a bolsa de valores de mercados globais. Enquanto cá temos a

produção de alimentos, lá temos a produção das *commodities* (LAYRARGUES, 2021, p. 24).

É tarefa possível para os educadores, ainda que seja possível ver como incipiente e de pouco potencial político-revolucionário (o que será sempre a contradição limitante atribuída à educação), porque pior é manter-se numa perspectiva tecnicista e apartada do político. Essa perspectiva definitivamente ineficaz e que não produz efeito prático nenhum favorável ao ambiente e aos trabalhadores.

Podemos dizer que chegamos, considerando a tríade que estudamos aqui, Trabalho, Educação e Ambiente, a um ponto de interseção que une os termos: **o pressuposto de que a problemática ambiental está assentada no “conflito socioambiental”**. Pressupor o conflito socioambiental é pressupor que a luta de classes se mantém no interior do sistema do capital, em todas as suas frentes, desde as mais evidentes até as mais disfarçadas, desde a luta por território, desde o que passa pela expansão de grileiros e garimpeiros sobre terras indígenas, até produtos camuflados por selos ecológicos os quais escondem contradições de empresas capitalistas que se dizem preocupadas com o meio ambiente, além disso, está na educação também!

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a perspectiva do conflito que pode garantir o movimento da crítica, que buscará o conhecimento pela investigação, pelo desvelamento, pela denúncia. Essa perspectiva também busca aspirações e experiências emancipatórias. Assim como Chico Mendes (emblematicamente recordado na entrevista com Dercy Teles e por alguns dos respondentes ao formulário), a área de Trabalho e Educação impreterivelmente terá, cada vez mais, que considerar a problemática ambiental, para devolver (como sempre fez) ainda mais elementos teórico-práticos para os educadores. Chico Mendes iniciou sua trajetória buscando a organização dos trabalhadores contra a exploração dos latifundiários e das grandes empresas desmatadoras, para somente depois enxergar convergência nas lutas, para efetivamente incluir o ambientalismo. Num primeiro momento, Chico Mendes, inclusive, possuía uma compreensão desenvolvimentista para a Amazônia (VENTURA, 2003). É o horizonte de superação do capitalismo que interessa a todos, aos vermelhos e aos verdes. O capitalismo continua pujante em suas características principais, como na exploração do trabalho, no processo de mercantilização da vida e no aprisionamento do Estado pelas mãos de uma minoria de proprietários de bens de produção. A questão ambiental, exatamente por não ser uma contradição imediata ao sistema do capital, se torna mais vulnerável, porque o capitalismo pode destruir a natureza até a última folha. Essa falta de cuidado inerente ao capitalismo com o ambiente, certamente, engendrará eventos extraordinários (como uma pandemia?), mas o curioso é que nem isso garante/garantirá que a sociedade enxergue. Por isso, a educação é urgente, a educação científica é imprescindível, a educação política está em atraso. Continuamos perseguindo uma educação da “classe para si” que, mesmo

irrealizável na atual sociedade, precisa obter um caminho. Semelhante à Rachel Carson (1969), outra referência importante, em que seu próprio fazer científico a levou ao *status* de “inimiga da indústria química”, a práxis que aqui apontamos nos leva/levará para uma crítica inegociável ao sistema. Da mesma forma que aconteceu com ela, as forças reacionárias nunca acataram e nunca acatarão passivamente esse anúncio, farão suas deturpações, difamações, buscarão silenciar, protegerão seu “homo economicus” (KOSIK, 1976) até o fim, mesmo que esteja agonizando... O conflito estará sempre sendo repostado, ora de forma mais evidente, ora de forma mais camuflada, enquanto o sistema social for estruturalmente excludente...

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. vol I. [Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís.] Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

FARIAS, F. P. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, n.28, p.81-98, 2009.

Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo166artigo4.pdf

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis: o Pensamento de Marx no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KONDER, L. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: CIA da Letras, 2002.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAMOSAS, R.; LOUREIRO, C. F. B. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 533-554, abr./jun. 2014.

LAYRARGUES, P. Horta Escolar: o Plantio da Educação Ambiental Crítica e a Colheita do Alimento Agroecopolítico. COSENZA, A.; SILVA, C.N.; REIS, E. **Agroecologia escolar** [livro eletrônico]. Editora Rio das Ostras: Rio de Janeiro. Nupem-UFRJ, 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas-SP: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

VENTURA, Z. **Chico Mendes: crime e castigo** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.